

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

Projeto Pedagógico

2011



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	3
3. HISTÓRICO	4
4. OBJETIVOS	5
4.1. Objetivos Gerais	5
4.2. Objetivos Específicos	5
5. PÚBLICO-ALVO	5
6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA	6
7. COORDENAÇÃO	6
8. CARGA HORÁRIA	6
9. PERÍODO E PERIODICIDADE	7
10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	7
10.1. Domínio Geral	8
10.2. Domínio Específico	12
11. CORPO DOCENTE	13
12. METODOLOGIA	13
13. INTERDISCIPLINARIDADE	14
14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC	14
15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	14
16. TECNOLOGIA	14
17. INFRAESTRUTURA FÍSICA	15
18. SELEÇÃO E MATRÍCULA	15
19. CONTROLE DE FREQUÊNCIA	16
20. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO	16
20.1. Avaliação das disciplinas	16
20.2. Avaliação do trabalho de conclusão do curso	16
20.3. Avaliação das disciplinas pelo aluno	17
20.4. Avaliação do curso	17
21. CERTIFICAÇÃO	17



1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso	Especialização em Análise e Avaliação da Gestão Pública
Áreas do conhecimento	6.02.00.00-6 – Administração
Modalidade	Presencial
Instituição promotoras	Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU)
Número de vagas	36 vagas

2. JUSTIFICATIVA

Voltada para a melhoria da prestação de serviços, a formação de servidores públicos vinha sendo realizada, quase que exclusivamente, com o propósito de desenvolver ou ampliar conhecimentos e habilidades inerentes ao funcionamento da burocracia estatal. Todavia, as mudanças ocorridas no campo da educação e da administração pública nos últimos anos transformaram essa perspectiva funcionalista em uma visão mais globalizante e integrada do serviço público. Atualmente a reflexão sobre a atuação dos servidores públicos já compreende que a eficiência das instituições não pode ser medida apenas por um elevado percentual de atendimentos ou a execução meramente burocrática das atividades, mas também por ações mais amplas, que incluem análises e diagnósticos de alta complexidade, formação de recursos humanos e confecção e implantação de novos, específicos e mais eficazes modelos de gestão no setor público. Essas são, entretanto, áreas carentes na administração pública, nas quais é preciso desenvolver competências.

É para preencher essa lacuna no que diz respeito às atividades exercidas no campo da análise e avaliação da gestão pública que o ISC oferece um curso de pós-graduação *lato sensu* - Especialização em Análise e Avaliação da Gestão Pública.



3. HISTÓRICO

Criado por lei federal (art. 88 da Lei n. 8.443/92), o Instituto Serzedello Corrêa (ISC) é assim denominado em homenagem a Inocêncio Serzedello Corrêa, personalidade fundamental na criação do Tribunal de Contas da União (TCU). O ISC foi concebido pelo ideal de propiciar condições para o desenvolvimento humano e organizacional do Tribunal, provendo a Secretaria do TCU de pessoas qualificadas para o exercício das atividades de controle da administração pública.

Conforme disciplina a Resolução-TCU nº 240, de 23/12/2010, o ISC tem por finalidade propor e conduzir políticas e ações de educação corporativa, gestão do conhecimento organizacional, bem como promover a cidadania e o controle social. Sua missão é o desenvolvimento de competências para o controle da gestão pública. Com vistas ao cumprimento de sua missão, cabe ao ISC garantir a seleção de servidores qualificados; promover treinamentos, ações de desenvolvimento e de aperfeiçoamento profissional; fomentar a produção de estudos e pesquisas de interesse do Tribunal; aprimorar as atividades de gestão da informação e documentação (biblioteca) e de editoração de publicações técnicas do TCU.

A atuação do ISC no ensino de pós-graduação teve origem em 1995, com a contratação de vagas em cursos oferecidos por outras instituições. Esse mecanismo evoluiu para a contratação de curso *in company*, para turmas fechadas de servidores. Até 2001, foram beneficiados cerca de 300 servidores, em áreas como políticas públicas, direito, gestão do conhecimento, administração, auditoria de obras etc. A experiência adquirida e a crescente demanda por especialização levaram o ISC a desenvolver um projeto de criação de um programa próprio de pós-graduação em controle externo, com o objetivo de promover a formação pós-graduada, a pesquisa científica e a inovação corporativa.

Com a autorização concedida por meio da Portaria MEC nº 2.017/2001 e do Parecer nº 1.128/2001 do Conselho Nacional de Educação, o ISC foi autorizado a promover cursos de pós-graduação. Já em 2002 foram certificados 45 servidores como especialistas em controle externo (áreas de auditoria governamental, controle da regulação e avaliação da gestão pública) e, desde então, o ISC vem mantendo uma média de 60 participantes por ano em ações de pós-graduação incentivadas (incluindo as concessões de bolsas de estudo).



4. OBJETIVOS

4.1. Objetivos Gerais

Formar servidores e desenvolver a geração, a aplicação e a disseminação de conhecimentos e competências na administração pública, notadamente nas áreas de Análise e Avaliação da Gestão Pública.

4.2. Objetivos Específicos

- a) desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe possibilitem atuar com eficiência na análise de órgãos ou entidades da Administração Pública;
- b) oferecer aos servidores um espaço para a reflexão crítica e a aquisição de novos conhecimentos sobre avaliação da gestão pública;
- c) possibilitar o desenvolvimento de projetos e estudos específicos para o aprimoramento das atividades de avaliação da gestão e análise de suas instituições; e
- d) criar condições para o intercâmbio de conhecimentos e experiências com vista ao aperfeiçoamento da rede de avaliação da gestão pública.

5. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do curso são servidores lotados em unidades de análise ou avaliação interno do Tribunal de Contas da União que executam ações de controle em órgãos e entidades da Administração Pública, além de outros interessados na temática. Espera-se que os egressos desenvolvam habilidades e competências necessárias à análise crítica sobre o ambiente de avaliação da gestão pública e a atuação das análises em órgãos e entidades da Administração Pública. Os participantes deverão, ainda, apresentar contribuições para o aprimoramento das instâncias de avaliação no Tribunal de Contas da União bem como para as ações de análise interno e externo, respectivamente executadas pelo Tribunal de Contas da União.

6. CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O curso de Especialização em Análise e Avaliação da Gestão Pública é uma ação de formação continuada que pretende aprimorar o conhecimento instrumental e teórico dos servidores envolvidos nessa área de atuação. Trata-se de um processo de formação em serviço, com base na educação formal em pós-graduação *lato sensu*, com o objetivo maior de fortalecer as áreas de controle das instituições envolvidas e aprimorar a execução das ações de controle encetadas pelo TCU. Por extensão, portanto, espera-se aperfeiçoar a gestão pública. Além disso, a realização do curso pela instituição gerará um ambiente propício à troca de experiências e perspectivas, permitindo que os participantes aprofundem, pela sua própria diversidade, os conhecimentos das áreas de análise e avaliação da gestão pública.

A estrutura do curso é composta de 13 disciplinas, distribuídas em dois domínios, perfazendo um total de 368 horas/aula. O domínio geral compreende dez disciplinas e o domínio específico corresponde a três disciplinas próprias da área de especialização, que fornecerão suporte à elaboração do trabalho de conclusão do curso e ao aprofundamento ou complementação de temas de interesse. O discente deverá optar por uma das três disciplinas (turmas 1, 2 e 3) do domínio específico. Cabe ressaltar que uma das turmas referentes ao do domínio específico poderá ser suprimida, caso não seja atingido o número mínimo de oito participantes por turma.

7. COORDENAÇÃO

O curso contará com uma Comissão de Coordenação composta por um coordenador pedagógico, responsável pela coordenação pedagógica e executiva do curso, e por um coordenador acadêmico, que atuará na seleção de professores, na orientação dos planos de aula e demais atividades, bem como no acompanhamento acadêmico e na avaliação do curso.

- Coordenação Pedagógica: Ana Corina Cerqueira André Morais
- Coordenação Acadêmica: Dagomar Henriques Lima

8. CARGA HORÁRIA

A carga horária do curso é de 368 horas de aulas presenciais, acrescida de um período de quatro meses para apresentação do trabalho de conclusão do curso.



9. PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso tem duração máxima de 16 meses, com doze meses para o cumprimento da carga horária de aulas presenciais, e quatro meses para a elaboração do trabalho de conclusão do curso e finalização das atividades. O período semanal das aulas será das 8h às 12h, nas terças e quintas-feiras, totalizando oito horas semanais. Caso necessário, será possível a realização de atividades fora desse horário.

O início do curso está previsto para julho de 2011, e seu término, para dezembro de 2012, conforme o seguinte cronograma:

10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DISCIPLINAS		C.H.
DOMÍNIO GERAL	Administração Pública	36h/a
	Reformas Administrativas e Administração Pública no Brasil	24h/a
	Metodologia de Pesquisa Científica	24h/a
	Orçamento Público sob a Ótica da Gestão Responsável	24h/a
	Políticas Públicas	36h/a
	Análise de Políticas e Avaliação de Programas Governamentais	36h/a
	Gestão Estratégica do Setor Público	24h/a
	Indicadores de desempenho	24h/a
	Métodos e Técnicas de Avaliação de Programas I: Métodos Qualitativos	36h/a
	Métodos e Técnicas de Avaliação de Programas II: Métodos Quantitativos	36h/a
DOMÍNIO ESPECÍFICO	Políticas Públicas: Saúde, Educação e Assistência Social (turma 1)	68h/a
	Políticas Públicas: Trabalho, Previdência e Segurança Pública (turma 2)	68h/a
	Políticas Públicas: Transporte, Agricultura e Energia (turma 3)	68h/a
TOTAL		368h/a



10.1. Domínio Geral

Administração Pública (36h/a)

Ementa: Paradoxos e dilemas da administração pública – a dicotomia política e administração. Teorias do controle político da burocracia; teorias da política da burocracia: teoria institucional (neo-institucionalismo); teoria da escolha racional x teoria da racionalidade limitada; teoria dos custos de transação; teoria do agente-principal. Teoria da Escolha Pública. Teorias de Governança – *Accountability* e *Responsiveness*. *Accountability* Horizontal e *Accountability* Vertical. *Accountability* Societal.

Professor: Rafael Encinas (TCU)

Reformas Administrativas e Administração Pública no Brasil (24h/a)

Ementa: Estado e modelos de gestão: absolutismo, liberalismo, Estado de Bem-Estar, Neoliberalismo, Estado Regulador. Patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. O Estado Brasileiro. A evolução da administração pública brasileira. As reformas administrativas no Brasil. Nova Gestão Pública: visões do *managerialism* inglês: gerencialismo puro, *consumerism* e *public service orientation*. Modelos de Reforma do Estado. Modelo contratual e modelo administrativo. Os desafios das reformas gerencialistas e seus paradoxos.

Professor: Marcelo Barros Gomes (TCU)

Metodologia de Pesquisa Científica (24h/a)

Ementa: Conhecimento científico. Introdução à pesquisa científica. Características e classificação da pesquisa científica. Análise das informações centrada no referencial teórico-metodológico. Normas da ABNT. Projeto de pesquisa. Apoio à elaboração da monografia.

Professor: Romilson Rodrigues Pereira (TCU)



Orçamento Público sob a Ótica da Gestão Responsável (24h/a)

Ementa: Teorias de Orçamento Público (incrementalismo; equilíbrio pontuado; tempo real e outros); Modelos de Orçamento Público. Orçamento e Planejamento. Orçamento Comparado: Orçamento autorizativo X vinculatório, ajuste orçamentário. Princípios orçamentários. Principais peças orçamentárias: função, elaboração, acompanhamento e vedações. Responsabilidade fiscal e orçamento: o processo orçamentário, limites, acompanhamento e controle. Desafios do planejamento e monitoramento dos resultados da gestão pública brasileira. Efetividade dos instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA. Efetividade dos instrumentos de monitoramento e acompanhamento da implantação das políticas públicas. Instrumentos paralelos de priorização das ações governamentais: PAC.

Professor: Hipólito Gadelha Remígio

Políticas Públicas (36h/a)

Ementa: Ciclo da Política Pública. Conceito de Política e Programa. Universalismo e focalização. Gestão e organização: descentralização (vertical e horizontal), centralização, Federalismo; relação pública e privada (privatização); objetividade versus particularismo como critérios para distribuição de recursos; coerência dos programas/ações em políticas públicas. Participação social. Políticas públicas a partir da economia do bem estar: regulação; provisão de bens e serviços; produção e transferências diretas de recursos. Financiamento da política pública: formas de financiamento e federalismo fiscal; gastos diretos; transferências constitucionais e negociadas; renúncias e subsídios fiscais; gastos públicos efetuados por instituições públicas e privadas; empréstimos. Articulações intermunicipais, políticas públicas e gestão regional. Redes de políticas públicas. Coordenação Executiva – problemas da articulação versus a fragmentação de ações governamentais. Dimensões da coordenação: intragovernamental, intergovernamental e governo-sociedade.

Professor: Jorge Abrahão de Castro (IPEA)



Análise de Políticas e Avaliação de Programas Governamentais (36h/a)

Ementa: Avaliação de Programas no contexto da moderna administração pública. Conceitos, tipologias, abordagens e métodos. *Accountability* e melhoria da gestão pública por meio de avaliações. Análise de Avaliabilidade. Tipos de avaliação. Modelo Lógico. Questões para melhoria de práticas de avaliação. Gerenciamento das avaliações. O papel de avaliadores internos e externos. Monitoramento de programas. Histórico da avaliação de programas no Brasil. Instituições governamentais. Modelos aplicados. Ensino e pesquisa em avaliação de programas. Principais trabalhos. Reformas administrativas recentes e o papel dos avaliadores de programas governamentais. Possíveis caminhos e desdobramento: em busca de um modelo institucional e metodológico. A estrutura do gasto social brasileiro. A contribuição das políticas sociais para a geração de oportunidades. A cobertura do sistema de proteção social e o impacto sobre o desenvolvimento nacional. Equilíbrio entre equidade social e competitividade econômica. Estudo de caso de análise de política pública.

Professor: Maria Martha Cassiolato (IPEA) – *aguardando confirmação*

Gestão Estratégica do Setor Público (24h/a)

Ementa: Planejamento estratégico. Formulação de estratégias em organizações governamentais. Criação de valor público. Estratégia corporativa e medição de desempenho. *Balanced scorecard*. Missão, estratégia, metas e indicadores de desempenho. Gerenciamento estratégico de riscos no setor público. Risco nas Organizações Públicas. Sistemas de gerenciamento de risco. Técnicas de análise de risco. Avaliação de sistemas de risco. Antecipação em gerenciamento de risco. Análise quantitativa de risco. Limite de modelos quantitativos. Regulação de risco. Análise de custo/benefício aplicada ao gerenciamento de risco. Estudo de caso.

Professor: Jose Fernando Garcia Almeida (TCU) – *aguardando confirmação*

Métodos e Técnicas de Avaliação de Programas I: Métodos Qualitativos: (36h/a)

Ementa: Natureza, história e objetivos dos métodos qualitativos. Abordagens funcionalista, positivista, estruturalista e compreensiva. Critérios de validade na análise qualitativa. Objetivação.



Retórica em pesquisa social. Quadros de análise. Estudo de caso como método de investigação em políticas públicas. Pesquisa documental. Observação. Análise de conteúdo.

Estudos de caso de avaliações de políticas públicas que aplicaram as seguintes estratégias: estudo de caso; Etnografia; História de vida; História oral; Pesquisa-ação; Grounded-theory. Estudos de caso de avaliações de políticas públicas que aplicaram as seguintes técnicas de coleta de dados: Pesquisa documental; Entrevista; Observação; Grupo focal; Delphi. Estudos de caso de avaliações de políticas públicas que usaram as seguintes técnicas de análise de dados: análise de conteúdo, análise de discurso, triangulação, mapa cognitivo e de associação de idéias, Process Tracing. Informática aplicada ao método qualitativo.

Professor: Maria das Graças Rua (UnB)

Indicadores de Desempenho: (24h/a)

Ementa: O conceito de indicador de desempenho e de indicador social. Propriedades dos indicadores sociais, tipologias de indicadores. O uso de indicadores na avaliação das políticas públicas. Estudos de caso de trabalhos de análise de políticas públicas que usaram indicadores de desempenho.

Professor: Paulo de Martino Jannuzzi (MDS)

Métodos e Técnicas de Avaliação de Programas II: Métodos Quantitativos (36h/a)

Ementa: Descrição de população. Níveis de mensuração de dados, tendências e dispersões. Planejamento, seleção e cálculo de amostras. Conceitos de precisão e confiabilidade, amostragem de variáveis, cálculo de amostras, amostragem de atributos. Estudos de caso do uso de amostragem em trabalhos do Controle Externo. Introdução à Modelagem de Dados: análise e detecção de valores extremos; i) tipos de relações que podem ser modeladas entre as variáveis explicativas e explicadas; ii) Interpretação de parâmetros; iii) estimação de parâmetros. Regressão múltipla. Testes de médias. Modelagem de Funções de Avaliação de Efetividade de Políticas Públicas. Estudos de caso de aplicação de modelagem em trabalhos do Controle Externo.

Professor: Melchior Sawaia Neto (TCU) - modelagem e Fábio Mafra (TCU) – amostragem.



10.2. Domínio Específico¹

Políticas Públicas: Saúde, Educação e Assistência (68h/a)

Ementa: A trajetória das políticas no Brasil e sua efetivação por meio de programas públicos. A congruência das políticas e sua efetividade no alcance dos objetivos pretendidos. Estratégia de financiamento. Articulações inter-municipais, políticas públicas e gestão regional. Redes de políticas públicas. Coordenação Executiva – problemas da articulação versus a fragmentação de ações governamentais. Dimensões da coordenação: intra-governamental, inter-governamental e governo-sociedade. Visão comparada internacional. Estudo de caso de avaliação.

Professores: pendente

Políticas Públicas: Trabalho, Previdência e Segurança Pública (68h/a)

Ementa: A trajetória das políticas no Brasil e sua efetivação por meio de programas públicos. A congruência das políticas e sua efetividade no alcance dos objetivos pretendidos. Estratégia de financiamento. Articulações inter-municipais, políticas públicas e gestão regional. Redes de políticas públicas. Coordenação Executiva – problemas da articulação versus a fragmentação de ações governamentais. Dimensões da coordenação: intra-governamental, inter-governamental e governo-sociedade. Visão comparada internacional. Estudo de caso de avaliação.

Professores: pendente

Políticas Públicas: Transporte, Agricultura e Energia (68h/a)

Ementa: A trajetória das políticas no Brasil e sua efetivação por meio de programas públicos. A congruência das políticas e sua efetividade no alcance dos objetivos pretendidos. Estratégia de financiamento. Articulações inter-municipais, políticas públicas e gestão regional. Redes de políticas públicas. Coordenação Executiva – problemas da articulação versus a fragmentação de

¹ O aluno deverá cursar uma das disciplinas, conforme área de interesse. A divisão das áreas de ação de governo baseia-se, com adaptações, na classificação por áreas e subáreas segundo o sistema do [Journal of Economic Literature \(JEL\)](#) e também é usado pelo IPEA. Acesso em 14 fev. 2011.



ações governamentais. Dimensões da coordenação: intra-governamental, inter-governamental e governo-sociedade. Visão comparada internacional. Estudo de caso de avaliação.

Professores: pendente

11. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Especialização em Análise e Avaliação da Gestão Pública será constituído de servidores pertencentes aos quadros do TCU, que possuem titulação, experiência pedagógica e conhecimento profissional na área do curso, sobretudo no que diz respeito aos aspectos mais específicos das instituições envolvidas. Contará também com professores convidados de outras instituições que, por sua qualificação, têm a possibilidade de complementar a formação oferecida pelos docentes internos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo MEC e legislação vigente.

12. METODOLOGIA

As atividades pedagógicas serão desenvolvidas segundo uma abordagem que privilegia a associação entre teoria e prática, por meio de aulas expositivas, discussões e trabalhos em grupo, estudos de casos, pesquisas de campo sobre o cotidiano da análise e avaliação da gestão pública, leitura crítica de textos, debates em sala de aula, seminários e palestras com profissionais e professores convidados, além de outras julgadas pertinentes pelos professores e alunos.

Ressalte-se que, na realização dessas atividades didáticas, o objetivo maior é estabelecer não apenas o trânsito entre trabalho e educação, como é comum e desejado em um processo de formação em serviço, mas também uma rede de interconexões entre os saberes e as práticas que fundamentam o campo de estudo.



13. INTERDISCIPLINARIDADE

O centramento do curso nas questões referentes à análise e avaliação de políticas públicas favorece a interdisciplinaridade, uma vez que requer conhecimentos de administração, políticas públicas, orçamento, dentre outros. Espera-se que os alunos percebam essa relação e saibam localizá-la nas diferentes disciplinas do curso. Mais especificamente, o diálogo necessário entre as diversas áreas de saber será incentivado na elaboração do trabalho de conclusão do curso, o qual, mesmo quando situado em um aspecto específico da análise, não poderá deixar de fazer referência ao conjunto das disciplinas do curso.

14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC

Ao final das disciplinas, o discente deverá apresentar um trabalho de conclusão do curso, no formato de artigo científico, que deverá ser uma aplicação crítica e analítica das teorias e metodologias estudadas em um caso específico.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

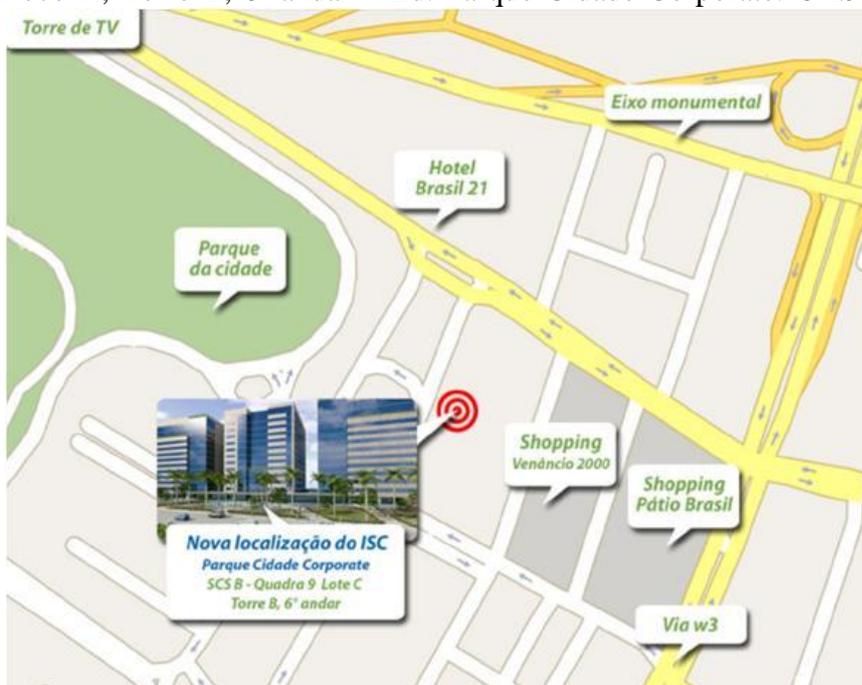
As disciplinas do domínio específico do curso poderão ser ministradas por meio de atividades especiais como eventos coordenados e estudos. Independentemente da programação dessas disciplinas, outras atividades complementares poderão ser desenvolvidas pela Coordenação do curso, como a participação em eventos e visitas, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e do interesse das instituições participantes.

16. TECNOLOGIA

Além das comunicações e do atendimento alternativo, que serão feitos via *e-mail*, os alunos serão inscritos em uma comunidade virtual de aprendizagem, que receberá o nome do curso, para facilitar a interação tanto entre alunos e professores, como entre os próprios alunos. Essa comunidade é parte da plataforma de ensino à distância do ISC.

17. INFRAESTRUTURA FÍSICA

O curso será realizado nas instalações do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), que está localizado no SCS, Quadra 9, Bloco A, Torre B, 6º andar – Ed. Parque Cidade Corporate. O ISC ocupa uma área de, aproximadamente, 2.000m², e dispõe de: dois laboratórios de informática, com capacidade para 30 alunos cada; quatro salas de aula equipadas com computador, projetor, telão e quadro branco, com capacidade entre 35 e 55 alunos por sala; e uma biblioteca, localizada na sede do TCU e que prestará apoio às atividades do curso.



18. SELEÇÃO E MATRÍCULA

Cada instituição realizará processo próprio para seleção de seus servidores cujos critérios serão definidos visando à classificação de candidatos com o perfil mais adequado para o curso.

Os alunos aprovados nos respectivos processos seletivos deverão apresentar, no ato da matrícula, diploma de graduação ou documento que o substitua legalmente, documentos de identificação, formulário de matrícula com autorização da chefia e assinatura de termo de responsabilidade.

19. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Em observância aos critérios definidos pelo MEC, a frequência mínima exigida para cada disciplina é de 75% do total de horas/aula. Essa frequência é verificada pelo professor em todas as aulas por meio de pauta de frequência.

20. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

20.1. Avaliação das disciplinas

O rendimento escolar será aferido por disciplina, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e eficiência, ambos eliminatórios por si mesmos, sendo que a eficiência poderá ser medida por meio de provas, seminários e trabalhos, individuais ou em grupo. O resultado final da avaliação será expresso por meio de notas em uma escala de 0 a 10, com no máximo uma casa decimal.

Será considerado aprovado, em cada disciplina, o aluno que apresentar frequência igual ou superior a 75% das atividades desenvolvidas e nota final igual ou superior a 7.

O resultado da avaliação poderá ser objeto de recurso a ser interposto pelo interessado e protocolado na secretaria do curso nos 5 dias úteis subsequentes à divulgação da avaliação pelo professor, podendo o aluno ter vista de sua prova. O recurso deverá ser analisado e devolvido pelo professor à Comissão de Coordenação do curso, que notificará a decisão ao interessado em 10 dias úteis.

20.2. Avaliação do trabalho de conclusão do curso

O exame do trabalho de conclusão do curso será realizado por uma Banca Examinadora, que será designada pela Comissão de Coordenação do curso e constituída por, pelo menos, dois professores, sendo um deles o orientador.

Os discentes receberão da Banca Examinadora as menções “aprovado”, “aprovado com restrições”, ou “não aprovado”. Será considerado “aprovado” somente o aluno que receber essa menção de todos os membros da Banca. Será considerado “aprovado com restrições” o discente que



receber essa menção de pelo menos um dos membros da Banca. Será considerado “não aprovado” o aluno que receber esse conceito de todos os membros da Banca.

No caso de aprovação com restrições, às modificações sugeridas deverão ser efetuadas pelo discente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, e apresentadas ao orientador, que atestará a validade das modificações realizadas, a fim de que possa ser considerado aprovado em caráter definitivo.

No caso de não aprovação, o aluno poderá requerer junto à Comissão de Coordenação, dentro do prazo do curso, nova oportunidade para apresentar o TCC. A Comissão de Coordenação analisará o requerimento do aluno, ouvido o orientador ou a Banca Examinadora, conforme o caso. No caso de deferimento, o aluno terá até 60 (sessenta) dias para a reformulação e entrega do TCC. Caso negativo, o aluno terá seu TCC reprovado.

20.3. Avaliação das disciplinas pelo aluno

Ao término de cada disciplina será distribuído aos alunos formulário de avaliação, cujos resultados serão divulgados aos docentes e à turma.

20.4. Avaliação do curso

O curso será avaliado pelos alunos em pelo menos duas ocasiões. A primeira ocorrerá após o cumprimento de 30% das atividades do curso. A segunda ocorrerá ao final do curso. Ambas serão realizadas por meio de instrumento próprio. Além disso, será promovido um Seminário de Avaliação no final do curso, envolvendo a Comissão de Coordenação, o corpo docente e o discente.

21. CERTIFICAÇÃO

Os certificados serão emitidos pelo ISC após a conclusão de todas as atividades do curso e recebimento de todos os documentos de avaliação. Para fazer jus ao correspondente certificado, o aluno deverá ter frequência e nota mínima exigida para cada disciplina, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC, devendo ainda ter recebido o conceito “aprovado” no Trabalho de Conclusão do Curso, de acordo com calendário e demais regras estabelecidas.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Coordenação do curso.